

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.148.335 - SP (2017/0193237-7)

AGRAVANTE : ATALIBA MUSTAFA
AGRAVANTE : MARIA JOSÉ MENDES MUSTAFÁ
ADVOGADO : ANDREI BRIGANÓ CANALES E OUTRO(S) - SP221812
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADORE : DIEGO TAMARU - SP339940

S

ALEXANDRE JUNGER DE FREITAS E OUTRO(S) -
SP281731

AGRAVADO : KOEN EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADOS : GABRIELLA FREGNI - SP146721
ISABELA CHAIB MONTORO E OUTRO(S) - SP236577

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo particular Ataliba Mustafá contra decisão que negou seguimento a seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 604):

ANULATÓRIA – Pretensão de parte contratada para efetuar empreitada de parcelamento do solo e desmembramento em anular escritura de desapropriação amigável efetuada entre a Prefeitura Municipalidade de Sorocaba e a proprietária do imóvel, objeto do desmembramento, para a abertura de vias pública no imóvel – Contratado que alega que tem direito real sobre parte do imóvel – Inocorrência de tal direito – Mero prestador de serviço em contrato de empreitada – Ilegitimidade de parte ativa decretada com relação à sua esposa mantida, já que não participou do negócio jurídico – Sentença mantida – Recurso improvido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Pretensão de majoração – Postulação feita pela advogada da parte, em nome próprio – Cabimento – Honorários de sucumbência que pertencem ao advogado, tendo direito autônomo de executar a sentença nesta parte – Inteligência do art. 23, da lei 8.906/94 – Honorários que devem ser fixados num patamar que melhor remunera o trabalho do advogado – Fixação que ora se majora no valor pleiteado – Recurso provido.

Em suas razões recursais especiais, Ataliba Mustafá aponta violação, pelo aresto vergastado, dos arts. 1.225, VII, 1.417 e 1.418, todos do Código Civil, visto que, em suma, consoante acordo firmado no contrato de empreitada com a recorrida, proprietária do imóvel, também é titular de direito real sobre os imóveis integrantes do empreendimento, no percentual de 13,75, sendo assegurado ao seu cônjuge, também, por força do matrimônio e do regime de casamento, os mesmos direitos reais que recaem sobre a propriedade.

Alega, ainda, violação dos arts. 6º, 7º e 9º, II, III, IV e V, da Lei n.

6.766/1979, porquanto, em apertada síntese, a doação da área destinada para implantação de via pública (avenida), formalizada por escritura de desapropriação amigável por utilidade pública, constituiu, tão somente, em manobra para driblar as exigências legais necessárias para implantação de loteamento, pelo que, nulo de pleno direito o ato expropriatório.

Por fim, aponta violação do art. 20, §§ 3º, *a, b e c*, e 4º, do CPC de 1973, sob a alegação de que o Tribunal *a quo* fixou a verba honorária em patamar exorbitante e desproporcional, representando 10% do valor da causa, pelo que, ainda, não apreciou equitativamente os critérios estabelecidos nos citados dispositivos.

Apresentadas contrarrazões às fls. 643-654 e 658-661, o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fl. 663), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

No que concerne à alegação de violação dos arts. 1.225, VII, 1.417 e 1.418, do CC, e dos arts. 6º, 7º e 9º, II, III, IV e V, da Lei n. 6.766/79, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 607-609):

[...]

Outrossim, não merece guarida o pleito de afastamento da ilegitimidade de parte, com relação à também apelante Maria José Mustafá, uma vez que o contrato de empreitada foi firmado somente com Ataliba Mustafá, não participando sua esposa desta relação jurídica.

[...]

A doação de parte do imóvel doada à Prefeitura de Sorocaba para o fim de promover a abertura de via pública na área é perfeitamente legítima e legal, e prevista no contrato de empreitada em sua cláusula 3ª, quando obriga os contratados, no caso, o ora apelante Ataliba Mustafá e o s3nhor Herculano Gomes a executar todos os serviços dentro da melhor técnica de implantação e execução dos serviços contratados, obedecendo as disposições contidas na Lei Federa n. 6.766/79, e nas demais leis, regulamentos ou diretrizes, sejam federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao parcelamento do solo, que são do conhecimento dos contratados em toda a sua extensão obedecendo, também, os requisitos de infra-estrutura que a Prefeitura Municipal de Sorocaba exige [...].

[...]

O autor Ataliba Mustafá e o senhor Herculano Gomes são prestadores de serviços de desmembramento do imóvel, tendo sido fixadas suas remunerações ao equivalente a 50% dos valores líquidos apurados com a comercialização da área objeto da subdivisão.

Assim, não sendo o autor proprietário não pode reivindicar direito a anulação de doação feita em desapropriação amigável de área que não lhe pertence.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto recorrido, o Tribunal *a quo*, com base no acervo fático carreado aos autos, dentre eles o contrato de empreitada firmado com a proprietária do imóvel e a escritura pública de desapropriação, concluiu pela ilegitimidade ativa *ad causam* do cônjuge do recorrente, bem assim que o mesmo não é proprietário do imóvel, de modo que, para infirmar tais deduções, na forma pretendida no apelo nobre, demandaria o revolvimento dos mesmos elementos de prova já analisados, procedimento vedado em sede de recurso especial, ante os óbices previstos nas Súmula n. 5/STJ e n. 7/STJ, que assim dispõe: “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”, e “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA. IMPREVISIBILIDADE DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE A ATIVIDADE DO PODER PÚBLICO E O DANO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ART. 131 DO CPC. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. EXAME DE REGRAS CONTIDAS EM CONTRATO. SÚMULA 5/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: a) não foi provado nos autos que a elevação dos preços dos insumos (PVC e ferro) tenha gerado desequilíbrio econômico nos contratos; b) no momento da assinatura dos contratos administrativos, os insumos (PVC e Ferro Fundido) já estavam com os preços majorados, sendo que a autora poderia ter desistido de celebrá-los, mas não o fez; c) ao ser constatada a majoração dos preços dos insumos, poderia ter desistido ou reivindicado condições melhores para a execução dos contratos sem sofrer penalidade administrativa; porém, preferiu assinar os mencionados contratos, devendo arcar com os ônus correspondentes; d) não houve prova da imprevisibilidade da elevação dos preços dos insumos; e e) é incabível a condenação de indenização por lucros cessantes, uma vez que não houve comprovação de causalidade entre a atividade do Poder Público e o dano.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. No que se refere à possível violação do 131 do CPC, ressalto que o mencionado dispositivo legal consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas,

bem como para decidir quanto à necessidade de produção ou não das que forem requeridas pelas partes, podendo, motivadamente, indeferir as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.

4. Ademais, observa-se que não há como aferir eventual violação ao mencionado dispositivo legal sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

5. No tocante ao alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como aos supostos danos que gerariam direito à indenização por lucros cessantes, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, bem como examinar as regras contidas no contrato, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

6. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp n. 699.182/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Julgamento em 20/8/2015, DJe 10/9/2015.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RESCISÃO UNILATERAL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PREJUÍZOS DECORRENTES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 05 E 07/STJ. INCIDÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

I - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de i) demonstrar ser indevida a condenação em lucros cessantes e aplicação da multa contratual; e ii) inverter a conclusão alcançada pela tempestividade da apelação da Recorrida, é inviável em recurso especial, à luz dos óbices contidos nas Súmulas n. 05 e 07/STJ.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o termo inicial para a incidência da correção monetária nos contratos administrativos de obra pública, na hipótese de atraso no pagamento, não constando do contrato regra que estipule a data para o efetivo pagamento do preço avençado, deverá corresponder ao 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à realização da obra, apurada pela Administração Pública mediante critério denominado medição.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp n. 1.494.262/AM, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 3/3/2016, DJe 11/3/2016.)

No que concerne à apontada violação do art. 20, §§ 3º, a, b e c, e 4º, do CPC/73, é forçoso esclarecer que a jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que a revisão dos honorários advocatícios, via de

regra, encontra óbice na Súmula n. 7/STJ, sendo que tal entendimento, excepcionalmente, pode ser mitigado diante da irrisoriedade ou exorbitância do valor arbitrado nas instâncias ordinárias.

Para a hipótese dos autos, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) fixado pelo Tribunal *a quo* para a verba honorária não pode ser considerado exorbitante a ponto de macular os citados dispositivos do *códex* processual.

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONFIGURADA. HONORÁRIOS. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. REDUÇÃO. PARÂMETROS. EXORBITÂNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. O acórdão embargado deixou de enfrentar o capítulo recursal relativo aos honorários fixados contra a Fazenda Pública, merecendo ser integrado.

2. A Corte origem fixou a verba no equivalente a 10% do valor da causa, resultando em honorários de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3. A revisão dos valores de honorários só é viável em recurso especial diante de evidente exorbitância ou insignificância. No presente caso, a revisão demandaria exame direto de provas e fatos, o que não é possível em recurso especial.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para conhecer em parte o recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento (EDcl no REsp n. 1.626.963 / SP, Relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, Julgamento em 4/9/2018, DJe 11/9/2018.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ACLARATÓRIOS EM APELO RARO. PRETENSÃO EMAÇÃO POPULAR JULGADA PROCEDENTE EM PARTE PELO ACÓRDÃO ORA EMBARGADO, EM QUE SE DECLAROU A ILEGALIDADE DE SE EXERCER DIREITO DE COMPENSAÇÃO QUANTO A CRÉDITOS ANTERIORES DA EMPRESA CONTRATADA FRENTE AO MUNICÍPIO CONTRATANTE. ALEGAÇÃO DE QUE O JULGADO SE REVESTE DE OMISSÃO, DE CONTRADIÇÃO E DE OBSCURIDADE. O ACÓRDÃO DEMANDA A SOLUÇÃO DOS VÍCIOS, POIS O ÓRGÃO JULGADOR DEVE SE MANIFESTAR QUANTO AO PONTO DE QUE A DECLARAÇÃO JUDICIAL DE NULIDADE DE PORÇÃO DO CONTRATO ATINENTE À COMPENSAÇÃO CIVIL NÃO RETIRA A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO DA EMPRESA APURADO NOS AUTOS E DE QUE, HAVENDO SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, OS ÔNUS PROCESSUAIS DEVEM SER DISTRIBUÍDOS DE MODO EQUÂNIME, PROVIDÊNCIA IMPONENTE NA CAUSA, UMA VEZ QUE A PARTE EMBARGANTE SUPOU OS EFEITOS COMO SE FOSSE VENCIDA POR COMPLETO, FATO INOCORRENTE NA AÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ENTÃO ALCAIDE E DA MUNICIPALIDADE REJEITADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA CONSTRUTORA ACOLHIDOS PARA DEBELAR O VÍCIO DE OMISSÃO NO JULGADO EMBARGADO, COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES QUANTO AO TEMA DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, ORA

DISTRIBUÍDOS DE MODO ADEQUADO, OU SEJA, PARA CONSIDERAR SUCUMBENTE A EMPRESA EM MENOR PARTE, REDUZINDO, PORTANTO, O VALOR DA VERBA HONORÁRIA DE ADVOGADO DE R\$ 100.000,00 PARA R\$ 30.000,00, FICANDO O AUTOR ISENTO DO PAGAMENTO, POR FORÇA DE MANDAMENTO CONSTITUCIONAL (ART. 5º., LXXIII DA CF/88) 1. ACLARATÓRIOS DO ENTÃO ALCAIDE DE POUSO ALEGRE/MG E DA MUNICIPALIDADE.

[...]

7. Aclaratórios do então Alcaide e da Municipalidade rejeitados; aclaratórios da Empresa acionada parcialmente acolhidos, em ordem a suprir diversas omissões do aresto, com atribuição de excepcional eficácia infringente como consequência lógica do afastamento dos vícios quanto ao tema dos ônus de sucumbência, reduzindo de R\$ 100.000,00 para R\$ 30.000,00 a verba honorária a ser suportada pelos réus condenados (JOÃO BATISTA ROSA e CONSTRUTORA SAGENDRA S.A.), metade para cada um. (EDcl no REsp n. 1.071.138 / MG, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, Julgamento em 12/9/2017, DJe 14/11/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator